

Subordinar a política à ética

Michele Santamaria, do jornal *La Comune*, entrevistou Stefano d'Errico, na qualidade de secretário nacional da Unicobas e de membro da comissão coordenadora de Stop Razzismo, para o número de 17 de Maio daquele periódico. Com a anuência do entrevistado publicamos na íntegra, em *A Batalha*, a sua tradução.



Michele Santamaria (M.S.) – Quais são, na tua opinião, as causas do declínio geral das esquerdas?

Stefano d'Errico (S.E.) – O predomínio do socialismo estatal e autoritário que, inevitavelmente, produziu o capitalismo de Estado em todos os países onde foi imposto ou a social-democracia (geralmente integrada no sistema de exploração, participando na espoliação do Terceiro mundo), apenas podia produzir um deserto à escala planetária. O jacobinismo moderno, escravo daquilo que Berneri denunciou como mito “operariólatra”, por um lado corroborou o crescimento selvagem do industrialismo, a crise ambiental e o saque indiscriminado dos recursos. Por outro lado quase impôs um ferrete xenófobo contra os camponeses (considerados “retrógrados” e “pequenos burgueses”) e negou (como o colonialismo) as culturas não estatais livres da submissão à produção, consideradas “involuídas” pelo mesmo Marx. O etnocentrismo ocidental teve assim mãos livres para impor numa base global a sua própria “marca de fábrica” e um sistema mercantil absolutamente fim em si mesmo. O primeiro revisionismo (o autoritário) “despachou” nos movimentos dos trabalhadores o denominado “estatismo proletário”, ou melhor, a utilização do principal veículo do sistema de exploração (dado que não são as classes a produzir o Estado, mas este que determina o aparecimento das classes). No âmbito político, tudo isto credibilizou a utilização leviana da autonomia do partido (nova classe dirigente) em furição totalitária. Isto, com a boa paz de Lenin, impôs a milhões de pessoas um “pensamento único” *ante litteram* baseado no absurdo

de um materialismo dito científico considerado (em bases ideológicas e deterministas) perfeito e “invencível”, negando simultaneamente o método experimental e empiriocriticista (libertário e pluralista por definição). Tais são as raízes da razão de Estado jacobina (do partido feito Estado) e do absurdo de uma (presumível) igualdade conquistável na ausência de liberdade (com a ditadura do/so-bre o proletariado). E estes são igualmente elementos de proximidade com a inevitável escolha do resto da “modernidade” involuta, representada nos totalitarismos de direita (igualmente estatizadores!) e das democracias aparentes, blindadas e consociativas. Tais pontos de contacto com o pensamento único actual (neo-darwinismo social e vingança do capitalismo), imposto sobre a derrocada do socialismo autoritário têm – no imaginário colectivo de uma derrota “cósmica” – arrastado também consigo o inocente socialismo libertário. A este só se pode de facto imputar um vício supra estrutural e induzido relativamente à própria

ca radical e de classe ao capitalismo de Estado que é parte imprescindível da sua base fundacional desde os tempos de Proudhon e Bakunin.

M.S. – Que cenário entrevês para a esquerda?

S.E. – O próprio termo esquerda, cunhado de acordo com a posição ocupada nas assembleias parlamentares, deveria dizer bem pouco aos “revolucionários”. Façamos pois dos movimentos radicais, progressistas e emancipadores e façamo-lo reconhecendo finalmente a necessária e estrutural pluralidade. Se queremos retomar o caminho interrompido não podemos abandonar-nos à enganadora armadilha do revisionismo histórico, e muito menos esquecermos as nossas origens, como crêem poder fazer os fanáticos do pós (“pós-moderno, pós-socialismo, pós-anarquismo”). Nem adoptar a “religião” do “novismo” (“neo-socialismo, neo-anarquismo”), pela sua natureza demasiado heterogénea, caótica, indistinta.

verdadeiramente a denominada “autonomia da área política”.

Devem partir novamente do âmbito específico e do território, construindo uma rede de democracia directa solidarista, associativista e comunalista em alternativa ao centralismo e ao Estado. É sobretudo necessário que aprendam a subordinar honestamente a política à ética, porque os fins não justificam os meios. Mas não podemos negar-nos a assumir as responsabilidades que todos aqueles que desenvolvem uma acção social têm frente à história. Devem dotar-se de um programa, concebido porém como flexível e sempre reformável. É necessário que retornem às bases do socialismo humanitário e libertário, moralmente intransigente ainda que tolerante e aberto à experimentação. Devem aceitar estruturalmente a necessidade do pluralismo e do confronto. Devem saber que, se é justo procurar a perfectibilidade, não existe a perfeição e uma sociedade “transparente” seria absolutamente totalitária. A ideia de poder deve reduzir-se ao direito de *poder fazer*. Devem negar qualquer forma de ditadura, porque num tal sistema não é possível construir a liberdade nem, muito menos, a igualdade. Não o podem esquecer em caso algum, nem mesmo face à revolução, estando sós ou mesmo estando em maioria (como acon-

teceu aos anarquistas espanhóis). É necessária depois uma política de alianças, reconhecendo a alteridade das forças em campo e delineando um projecto gradualista que não esteja em contradição com o fim último. Não o mero reformismo que só pretende “ajustar” o existente. Nem também um maximalismo totalizante que nega a necessidade de uma política de pequenos passos. Por último o próprio “fim” é concebido como um início (problemático): não existe palingénese social.

M.S. – Tendo compartilhado todo o percurso da manifestação anti-racista de 3 de Fevereiro 1996 a 17 de Outubro de 2009 como valorizas o empenhamento anti-racista e a situação da Coordenação Stop Razzismo?

S.E. – A irrupção do racismo e de uma política “securitária” demagógica, grosseira e velha que é ao mesmo tempo causa e efeito, colheu bastante de surpresa quantos permaneciam a contemplar uma visão datada e doutrínaria da economia (mutação inclusivamente da própria figura do “produtor”) e da política, estando privados de instrumentos para descodificar a fase. Não é por acaso que as próprias forças que fazem da crítica ao politicismo, ao estatismo e à instrumentalidade extemporânea a sua razão de ser, tenham colhido pela primeira vez (1996) o problema. Tudo isto não é consonante com a emergência “cíclica”, visando principalmente objectivos eleitoralistas ou de organização. Ora o que é necessário é abrir a Coordenação à realidade mais sensível do associacionismo independente, ser elásticos e abrangentes, conservando embora a radicalidade das propostas. ●



ideologia: ter deitado fora a criança (a política entendida como autogoverno da *polis*) juntamente com a água do banho (o politicismo) impedindo-se de exprimir no tempo e modo devido aquela críti-

Os movimentos (e não vamos descurar as organizações sindicais de base que adoptam um método libertário e autogestionário), devem recomeçar pela sua autonomia a respeito da política, negando

não é possível construir a liberdade nem, muito menos, a igualdade. Não o podem esquecer em caso algum, nem mesmo face à revolução, estando sós ou mesmo estando em maioria (como acon-